

MPF permitiu que delatores usassem propina para pagar viagens

Dezoito executivos da Odebrecht decidiram colaborar com a "lava jato" e concordaram em devolver parte dos valores recebidos ilegalmente no exterior. Contudo, as quantias foram mantidas em sigilo, e eles foram autorizados a abater gastos com viagens e outras despesas pessoais na delação.

Reprodução



Reprodução Odebrecht está em recuperação judicial, com dívidas de R\$ 98,5 bilhões

É o que mostra [reportagem](#) deste domingo (22/9) do jornal *Folha de S. Paulo*, em parceria com *The Intercept Brasil*. Os veículos analisaram mensagens trocadas por procuradores em um grupo no Telegram.

De acordo com a reportagem, no final da negociação com a empreiteira, os cálculos feitos pelos procuradores indicaram que o principal acionista da empresa, Emílio Odebrecht, seu filho Marcelo e outros 16 executivos que viraram delatores receberam US\$ 167 milhões em contas secretas no exterior, no período de dez anos.

O dinheiro representa quase metade do valor total dos pagamentos ilegais feitos pela empreiteira de 2001 a 2016. Segundo o Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DoJ), que participou das negociações, o total estimado é de US\$ 349 milhões.

De acordo com a reportagem, em novembro, quando começou a se discutir as penas, Emílio Odebrecht declarou ter recebido R\$ 172 milhões no Brasil e R\$ 148 milhões na Suíça desde 2006. Ele também disse ter US\$ 9 milhões em contas no exterior.

O executivo concordou em pagar multa de 40% dos rendimentos que recebeu ilegalmente, mas pedia para abater R\$ 42 milhões que recolheu em impostos. Emílio tinha legalizado então cerca de R\$ 280 milhões. O empresário se dispôs a devolver US\$ 300 mil, de acordo com as condições negociadas pela Odebrecht com a força-tarefa.

No Telegram, o procurador Júlio Noronha criticou: "vejam que piada o cálculo de multa e do perdimento do Emílio". A procuradora Laura Tessler endossou: "perdeu totalmente o senso do ridículo".

Com duas semanas de negociações, o executivo aceitou pagar uma multa de R\$ 69 milhões, sem abater impostos.

Troca de informações

Responsável até 2016 pelas investigações da "lava jato" na Suíça, o procurador Stefan Lenz tentou fechar um acordo de cooperação bilateral entre os países. Em abril de 2016, ele informou aos procuradores brasileiros que Emílio Odebrecht e outros diretores sabiam do esquema ilegal e receberam pagamentos no exterior.

"Emílio e a maioria dos diretores têm contas na Suíça e estão com suas contas diretamente envolvidas no esquema ilegal. Então, por favor, não facilitem muito para eles", pediu Lenz ao procurador Deltan Dallagnol, chefe da força-tarefa de Curitiba.

À época, a entrega de documentos pelo Ministério Público suíço a procuradores brasileiros já tinha gerado grande discussão. Isso depois do [MPF driblar exigências legais](#) para obter dados de contas bancárias na Suíça, conforme mostrou a **ConJur**.

Os documentos chegaram a ser considerados pelo então juiz Sergio Moro como "[provas materiais principais](#)" do processo contra os executivos da Odebrecht. Com exclusividade, a **ConJur** noticiou que Tribunal suíço depois reconheceu que envio de documentos para o Brasil [foi ilegal](#).

Termos do acordo

Pelo acordo firmado com a "lava jato", a empreiteira concordou em pagar multa de R\$ 3,8 bilhões para poder voltar a fazer negócios com o setor público. Além disso, se comprometeu a revelar crimes e fornecer provas.

Foram 77 delações homologadas em [janeiro de 2017](#) pela então presidente do Supremo, ministra Cármen Lúcia, 11 dias após a morte do ministro Teori Zavascki e antes mesmo que o [ministro Luiz Edson Fachin assumisse a relatoria](#).

Os delatores concordaram em pagar R\$ 515 milhões em multas, além dos valores devolvidos a título de perdimento.

Mas a responsabilização dos executivos dividia os procuradores, que se preocupavam com a inviabilização do acordo. Em junho de 2016, Deltan e outros dois procuradores sugeriram que a empresa não assumisse as multas: "executivos devem arcar, na minha opinião", disse.

O então procurador Marcelo Miller apontou: "o acordo, é assim no mundo, deve salvar empregos. Temos de ter muito cuidado com isso".

A reportagem aponta que o procurador Antônio Carlos Welter era a favor de punir os que tivessem praticado crimes. "Ninguém quer quebrar a Ode. Mas a pena tem que ser adequada e proporcional (...) Tá com peninha do MO, leva para casa", afirmou, tratando de Marcelo Odebrecht.

À *Folha*, Miller disse reconhecer as mensagens. "Confrontado com elas, tem a recordação de tê-las



enviado (...) O tom e a linguagem das mensagens resultam da informalidade do ambiente em que foram enviadas".

Ideias ao vento

A reportagem mostra ainda que os procuradores cogitaram obrigar os donos da Odebrecht a vender suas ações na empresa, para afastá-los depois da delação. Eles também chegaram a discutir se impediriam a empresa de pagar os advogados dos delatores e se responsabilizar pelas multas impostas aos executivos.

No decorrer da negociação, porém, a dita força-tarefa desistiu da ideia, porque o foco não inviabilizar o acordo com a empresa — que era uma das maiores empresas do país e hoje está em [recuperação judicial](#), com dívidas de R\$ 98,5 bilhões.

A *Folha* conversou com três pessoas que participaram das discussões com a Odebrecht à época. Eles afirmaram que os procuradores nunca levaram as ideias à mesa de negociações.

Autores: Redação ConJur